

NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NOVOS IMPERATIVOS DO CAPITAL NO CONTEXTO URBANO

NEOLIBERALISM, PRODUCTIVE RESTRUCTURING AND NEW IMPERATIVES OF CONTEMPORARY URBAN CAPITAL

Elton Rafael LORENA¹

RESUMO: Com o surgimento de sua crise estrutural na década de 1970, o capitalismo passou por uma série de transformações, tanto socioeconômicas quanto políticas, que objetivavam recuperar as taxas de acumulação de capital. O urbano sofreu o forte impacto dessas alterações passando por transformações profundas para poder adaptar-se às novas necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Este artigo objetiva avaliar algumas das mudanças ocorridas no contexto urbano e como estas estão diretamente ligadas aos imperativos contemporâneos do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Crise estrutural do capital; neoliberalismo; reestruturação produtiva; urbano contemporâneo;

ABSTRACT: With the upcoming of its structural crises in the seventies, capitalism has undergone a series of socioeconomic and political transformations that seek to recover the capital accumulation rates. The urban has suffered a great impact from these alterations, going through deep transformations so it could adapt itself to the new production needs and goods circulation. This article strives to evaluate some of the changes that took place in the urban context and how they are straightly connected to capitalism contemporary imperatives.

KEYWORDS: Capital structural crises; neoliberalism; productive restructuring; contemporary urban.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E PRODUÇÃO DESTRUTIVA

Por volta de meados dos anos 1960 começam a ocorrer modificações no sistema capitalista que viriam a provocar uma crise sem precedentes em sua história. Com a intensificação da competição intercapitalista em esfera crescentemente mundializada constitui-se uma mistura que culminaria em uma crise crônica, endêmica, instaurada nas estruturas do sistema²: “Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do capital*.” (MÉSZÁROS, 2000, p. 7, grifos no original).

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília e integrante do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho; possui graduação em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. End. eletrônico: erlorena@bol.com.br/ rafaellorenacs@yahoo.com.br

² Para uma análise detalhada da crise estrutural e de suas causas, ver: Mézáros (2002), principalmente os capítulos 14, 15 e 16.

De acordo com Brenner (1999) as raízes fundamentais da crise estrutural que assola o capitalismo desde a década de 1970 são provenientes de “[...] uma crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional.” (BRENNER, 1999, p. 12). Em sua análise:

A partir da segunda metade da década de 1960, produtores de custos menores que surgiram depois, alemães e especialmente japoneses, expandiram rapidamente sua produção. Ao impor preços menores aos seus concorrentes de custo mais alto, as firmas alemãs e japonesas foram capazes de aumentar imediatamente suas fatias dos mercados internacionais de manufaturas e manter suas taxas de lucro, reduzindo as fatias do mercado e taxas de lucro de suas rivais. O resultado foi excesso de capacidade e de produção fabril, expresso na menor lucratividade agregada no setor manufatureiro das economias do grupo dos 7 (G-7) como um todo. [...] Em 1973, no entanto, tanto o Japão quanto a Alemanha haviam sido forçados a arcar com parte do ônus da crise de lucratividade. Isso porque foram obrigados a enfrentar custos cada vez maiores, em consequência da severa valorização de suas moedas em relação ao dólar que ocorreu no momento da crise monetária internacional e do colapso da ordem de Bretton Woods entre 1971 e 1973. Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo — e sua incapacidade de recuperação — a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração ao longo do último quartel de século. As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento. (BRENNER, 1999, p. 13).

Quando em fins de 1973 e início de 1974 o preço do petróleo quadruplica, origina-se essa crise de proporções grandiosas, expressa por uma recessão generalizada. Suas características foram “[...] queda da produção, aumento brutal do desemprego, contração do comércio mundial, desmoronamento da cotação na Bolsa, etc.” (BIHR, 1998, p. 74). A tendência decrescente da taxa de lucratividade exprimia sua profundidade. Em síntese, os principais sinais da gravidade do quadro que começou a reluzir nos anos 1970 foram: uma taxa de lucro descendente; a exaustão do modelo acumulativo taylorista/fordista; uma exacerbação da importância da esfera financeira; um crescimento da concentração do capital; a crise do Estado de Bem-Estar Social; um aumento das privatizações (ANTUNES, 1999).

Nesse contexto de crise estrutural, o sistema capitalista assumiu uma forma de produção e acumulação extremamente nefasta, caracterizada essencialmente pela produção geradora e multiplicadora da mais perversa e avassaladora aniquilação ambiental e humana. Essa nova forma foi desenvolvida na tentativa de recuperarem-se as taxas de lucro que apresentavam quedas sucessivas. Segundo o exame de Mészáros (2009), o sistema sociometabólico do capital só é capaz de reproduzir-se na atualidade através desse dinamismo destrutivo, isto é, através de um modo de

produzir essencialmente devastador e que vai diretamente contra qualquer perspectiva de preservação tanto natural quanto social:

[...] as condições cada vez mais contraditórias que prevalecem na fase descendente de desenvolvimento do sistema, alcançando em nosso tempo o ponto em que *o capital pode perpetuar seu domínio apenas ao colocar diretamente em perigo a sobrevivência humana enquanto tal* – por um lado por meio do envolvimento dos países imperialistas dominantes (sobretudo o Estado Unidos) em aventuras militares potencialmente catastróficas e, por outro, por meio da progressiva destruição da natureza, agindo dessa forma contra a condição elementar de sustentação da própria vida humana – carregam consigo determinações constantemente agravadas para o processo de reprodução social. (MÉSZÁROS, 2009, p. 246, grifos nossos).

Essa forma de produção destrutiva tem como características não só a insana e desperdiçadora indústria bélica, como também a própria destruição das condições de vida de bilhões de trabalhadores que não conseguem ter acesso aos bens mais necessários à sua sobrevivência e, ainda, uma relação de intercâmbio devastador com a natureza, ocasionando uma dilapidação sem precedentes dos recursos naturais à medida que a produção de mercadorias obedece ao imperativo capitalista de intensificar a taxa de utilização decrescente do valor de uso³. Isto torna as mercadorias cada vez mais descartáveis e supérfluas devido à necessidade capitalista de permanentemente efetuar uma reposição de novos produtos no mercado, com o objetivo de alimentar as engrenagens reprodutivas do capital, às quais não podem ser paralisadas sob pena de perecerem. Em outras palavras, no trágico contexto da crise estrutural contemporânea: “[...] destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza [...]” (ANTUNES, 2002, p. 176). Dessa forma, com o pleno funcionamento de mecanismos de desperdício, não só incontornáveis como fundamentais dentro do sistema, a realidade torna-se prenhe de um potencial de autodestruição⁴ jamais imaginado, ao mesmo tempo em que o nível tecnológico produtivo alcançado tem a capacidade de proporcionar uma sociedade de abundância a toda a humanidade. Esse fato explicita uma contradição incontornável do sistema produtor de mercadorias, que é a produção artificial de escassez para a grandiosa maioria da população planetária; uma contradição que permite a concentração abismal

³ “[...] na presente fase de intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, a falácia da qualidade torna-se evidente: quanto mais ‘qualidade total’ os produtos alegam ter, menor é o seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do ciclo reprodutivo do capital, faz com que a ‘qualidade total’ seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado.” (ANTUNES, 2005, p. 42-43).

⁴ “Sob as condições da crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontornabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.” (Mészáros, 2002, p. 100)

da riqueza socialmente produzida em pouquíssimas mãos ao mesmo tempo em que espalha pauperismo e degradação social para os trabalhadores de todo o mundo.

NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: AS ALTERNATIVAS DO CAPITAL ANTE SUA CRISE ESTRUTURAL

Diante desse severo quadro de crise estrutural, a alternativa encontrada pelo capitalismo em sua busca incessante pela recuperação das taxas de acumulação foi a implantação de um novo conjunto de ordenamentos tanto econômicos como políticos e sociais. Sob o imperativo de elevar as margens de lucro, o capitalismo mundial caminhou para um período de devastação social comandada pela implantação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

O pensamento neoliberal tem sua origem em meados da década de 1940, sendo que, o texto que inaugura os preceitos dessa nova doutrina é “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek, datado de 1944. Essencialmente, prega o fim das limitações estatais ao livre desenvolvimento dos mecanismos do mercado capitalista, surgindo como antagonista do Estado de Bem-Estar Social, que houvera sido implantado no pós-Segunda Guerra em algumas nações de capital central. A teoria surge, portanto, na América do Norte e na Europa. No ano de 1947, nos princípios da montagem do Welfare State europeu, ocorre uma reunião convocada por Hayek, em Mont Pèlerin, na Suíça, que congregou vários intelectuais para a discussão de orientações que, posteriormente, viriam a ser denominadas neoliberais. O objetivo principal era fundamentar as bases para se realizar uma crítica e um combate contra as teorias econômicas de raiz keynesiana, buscando dar sustentação a um novo tipo de desenvolvimento capitalista, baseado nas regras do mercado sem restrições impostas pelo Estado (ANDERSON, 2008).

Esse receituário, entretanto, ganhou espaço nos anos 1970, quando no início da década teve início a longa crise recessiva do capitalismo, que contou com alta inflação e crescimento econômico reduzido, levando à crise do modelo de cariz keynesiano adotado após a Segunda Guerra. Para os teóricos do neoliberalismo, as causas essenciais da crise podiam ser encontradas no crescimento dos sindicatos, que haviam adquirido um poder exacerbado e estariam travando o livre e pleno evoluir do sistema econômico baseado na acumulação capitalista com suas pressões, segundo os autores, parasitárias, objetivando aumentos salariais e as pressões para que o Estado aumentasse seus gastos sociais. Para os doutrinários neoliberais, esses fatores foram responsáveis pelo arrasamento dos patamares necessários de lucros empresariais, provocando os processos de inflação que, por sua vez, culminaram na crise. A receita para sanar o problema era preservar a força estatal no concernente ao controle dos sindicatos e ao controle sobre o

dinheiro, e enfraquecer o Estado na providência dos gastos sociais e na sua demasiada intervenção sobre as regras do mercado, objetivando a estabilidade monetária, através da disciplina orçamentária (Anderson, 2008). Os cortes dos gastos estatais, que visavam alcançar esse “equilíbrio” para a “boa saúde da economia”, recaíram principalmente sobre os dispêndios sociais, trazendo efeitos nefastos para a classe trabalhadora, maior dependente desses investimentos.

Destarte, é possível afirmar que o grande objetivo da alta burguesia que defendia tais mudanças na esfera política “[...] *em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital.*” (NETTO, 1995, p. 81, grifos no original). Portanto, fica explícito que “O que desejam e pretendem não é ‘reduzir a intervenção do Estado’, mas *encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe.*” (NETTO, 1995, p. 81, notas suprimidas, grifos no original). Ou seja, “A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina sua ofensiva [...]” (NETTO, 1995, p. 81), uma vez que, “[...] ela e seus associados compreendem que a proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – *o Estado máximo para o capital.*” (NETTO, 1995, p. 81, grifos no original).

Portanto, as políticas postas em prática e o discurso neoliberal não são coerentes, à medida que as regras do jogo atendem a interesses muito bem determinados, com uma atividade estatal extremamente presente em favor do capital, mascarada pela falácia de um Estado mínimo: “Os governos neoliberais, a despeito do discurso doutrinário que os inspira, irão, então, selecionar os setores e as atividades aos quais aplicarão os princípios doutrinários do neoliberalismo, criarão, ainda, novas áreas e novos tipos de intervenção do Estado na economia [...]” (BOITO JR., 1999, p. 28). Como atestam diversos analistas, cremos que seja possível pensar em um Estado mínimo sim, para os trabalhadores, em um contexto em que esse Estado vem sendo máximo para aumentar o poderio do capital. Obviamente, a atuação governamental não funciona de maneira mecânica. O Estado é uma esfera perpassada pela luta de classes, sendo atravessado pelo conflito e pela disputa de interesses que se desenvolvem em meio a essas lutas. Muitas vezes, pela luta e pela pressão da classe trabalhadora, ele é obrigado a ceder e conceder os benefícios reivindicados, até mesmo como uma forma de procurar manter a ordem social e arrefecer qualquer possibilidade e potencialidade de uma rebelião ou revolta de trabalhadores em grande escala. Todavia, em última instância, preponderam os interesses do capital, na medida em que o Estado é classista. Como indica Boito Jr. (1999): “O mecanismo que governa esse processo seletivo de redução/reformulação da

intervenção do Estado na economia são [...] os interesses de classe representados pelo neoliberalismo.” (BOITO JR., 1999, p. 29).

A transição ao modelo neoliberal demorou em torno de uma década. A primeira experiência que seguiu suas diretrizes ocorreu em 1973, no Chile, após a ascensão golpista da ditadura de Augusto Pinochet. Em meio a um regime extremamente violento, o país deu início a um conjunto de reformas impactantes: crescimento do desemprego com o respectivo inchaço do exército de reserva à disposição das necessidades do capital; desregulação; repressão aos sindicatos; privatizações e aumento da concentração de renda. Em 1979, a Inglaterra foi o primeiro país de economia central a implantá-lo, sob a coordenação de Margaret Thatcher. Suas principais características foram: a contração da emissão monetária; o aumento da taxa de juros; a redução de impostos incidentes sobre grandes rendimentos; a supressão dos controles sobre os fluxos financeiros; o aprofundamento do desemprego; o sufocamento de greves; a constituição de uma legislação antissindical; a redução dos dispêndios sociais; e a instauração de um amplo processo de privatizações. A partir dos anos 1980, o exemplo começou a ser seguido, de maneiras particulares e específicas, por outras nações de economia avançada. Assim, essa década foi marcada pela ascensão e disseminação do receituário neoliberal para a Europa e América do Norte. Podemos ver o mesmo quadro em diversos países espalhados pelo mundo, o que nos mostra a amplitude alcançada por essa ideologia (ANDERSON, 2008).

Alguns dos objetivos almejados pela teoria neoliberal foram conquistados quando da sua implantação, como por exemplo, a detenção do crescimento da inflação. No entanto, no cômputo geral, a ortodoxia neoliberal não foi capaz de reverter a crise instaurada na década de 1970, sendo incapaz de elevar as taxas de crescimento econômico ao mesmo padrão existente nos chamados “Anos Dourados”⁵, ou “Idade de Ouro” do capitalismo, que compreendeu o intervalo histórico de meados da década de 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial, até o iniciar da crise na década de 1970, sendo que: “Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante.”⁶ (ANDERSON, 2008, p. 5). Ademais, em decorrência das medidas adotadas, houve um abismal aprofundamento da desigualdade com taxas altíssimas de empobrecimento de grande parte da população e concentração gigantesca de capital nas mãos de parcelas cada vez menores: “[...] o grau de desigualdade [...] aumentou significativamente no

⁵ Cabe mencionar que os melhores frutos gerados pelos “Anos Dourados” do capitalismo ficaram restritos aos poucos países hegemônicos, de capital central, que conseguiram alçar altas taxas de crescimento econômico aliadas a algumas melhorias nas condições sociais da classe trabalhadora através da atuação de um Estado Providência. Importante mencionarmos também que essas benesses estavam condicionadas e eram sustentadas em boa medida pela crescente exploração do trabalho nos países de capital periférico.

⁶ Sobre as taxas de acumulação dos países de capital central aponta Anderson (2008): “No conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente.” (ANDERSON, 2008, p. 5).

conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente que os salários.” (ANDERSON, 2008, p. 4).

Apesar de tudo, o neoliberalismo ainda apresenta grande fôlego, já que, “O cenário político segue sendo ditado pelos parâmetros do neoliberalismo, mesmo quando seu momento de atuação econômica parece amplamente estéril ou desastroso.” (ANDERSON, 2008, p. 6). Essa sobrevivência, e atual vitalidade, da hegemonia política neoliberal explicam-se também pela desagregação dos regimes pós-capitalistas, que ocupavam uma posição de alternativa a esse modelo. Com essa desagregação, as reformas neoliberais puderam se espalhar pelo leste europeu de maneira violentamente intensa, trazendo consequências sociais trágicas para os trabalhadores, como níveis de empobrecimento mais brutais do que se havia constatado no Ocidente, em meio ao que se pode chamar de um extremismo neoliberal (Anderson, 2008).

No contexto da crise instaurada nos princípios da década de 1970, também se tornou imperativo para o capital buscar novas formas de produção para recuperar seus padrões de acumulação. Essa busca desenvolveu-se durante os anos 1970 e 1980 em diversas experiências na esfera produtiva ao redor do planeta. No entanto, um desses experimentos, o toyotismo⁷, desenvolvido no Japão, se mostrou como o mais eficiente na recuperação dos níveis acumulativos, apresentando um novo modo de produzir que alcançou patamares de valor universal, a chamada “produção enxuta” (*lean production*), que se baseou em uma nova racionalidade de funcionamento (Alves, 2000). A grande projeção do toyotismo ocorreu na década de 1980, quando demonstrou sua alta eficácia competitiva diante da concorrência internacional. Dentro desse novo modelo, destaca-se a importância primordial da necessidade de flexibilizar o mundo do trabalho, ou seja, “É a flexibilidade da força de trabalho que continua sendo estratégica para a acumulação do capital [...]” (ALVES, 2000, p. 24).

Para compreendermos as mudanças trazidas pelo modelo toyotista é preciso, antes, entendermos as características básicas do padrão de produção taylorista/fordista, predominante durante boa parte do século XX. Sua base fundamental de funcionamento era constituída pela:

[...] produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário/massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. (ANTUNES, 2002, p. 25, grifos no original).

⁷ O toyotismo também ficou conhecido como ohnismo, em referência ao engenheiro Taiichi Ohno (1912-1990), considerado o maior responsável pela criação do novo modelo produtivo na fábrica da Toyota.

Esclarecidas as principais características que embasaram o padrão de produção taylorista/fordista, podemos partir para as mudanças operadas pelo modelo toyotista, que teve como objetivo recuperar os níveis da acumulação capitalista, criando um novo padrão de acumulação e produção flexível que trouxe drásticas consequências para o mundo do trabalho. “O toyotismo [...] como *via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial*, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.” (ANTUNES, 1999, p. 54, grifos no original). Segundo Antunes (1999), suas diferenças com relação ao modelo anterior são fundamentalmente as seguintes:

1) *é uma produção muito vinculada à demanda*, visando atender às exigências *mais individualizadas* do mercado consumidor [...] Por isso sua produção *é variada e bastante heterogênea* [...] 2) fundamenta-se no trabalho operário em *equipe*, com *multivariabilidade* de funções [...] 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas [...] 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; 5) funciona segundo o sistema *kanban*, placas ou senhas de comando para a reposição de peças e de estoque. [...] 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada [...] prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa *horizontalização* estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, *acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores*. 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho. 8) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas [...] (ANTUNES, 1999, p. 54-55, grifos no original, notas suprimidas).

Nessa nova fase do capitalismo, desenvolvem-se então novas formas de produzir que vão marcar o capital contemporâneo em sua incessante luta para aumentar seu potencial de lucros e acumulação, em meio ao contexto de crise estrutural. Segundo Bihl (1998), podem-se apontar três formas como as mais marcantes dessa nova ordem produtiva, são elas: 1) *a fábrica difusa*; 2) *a fábrica fluída*; e 3) *a fábrica flexível*.

Com a fábrica difusa não se perde a centralidade representada pela grande indústria, mas sim, o que ocorre é uma modificação nessa centralidade, pois “Em vez de concentrar em um mesmo lugar o máximo de funções produtivas e administrativas, o capital tende hoje, ao contrário, a espalhar a produção e o poder através de todo o espaço social.” (BIHR, 1998, p. 88). Essa difusão pressupõe um centro, uma unidade que organiza e coordena a produção das demais unidades, que podem ser um grande

número, assim, “A concentração piramidal do poder é substituída pelo poder resultante da gestão fluída e flexível de uma rede.” (BIHR, 1998, p. 88).

No concernente à fluidez busca-se extirpar os intervalos na cadeia produtiva, em uma continuidade sem desperdício de tempo. “Trata-se, então, de obter *novos ganhos de intensidade e de produtividade do trabalho*. É essa uma das maiores razões do movimento atual de automação do processo de trabalho nessas indústrias.” (BIHR, 1998, p. 88, grifos no original). Combinado a isso ocorre também “[...] uma ‘automação de integração’, que consiste em *uma gestão informatizada dos fluxos produtivos* no nível de cada seção.” (BIHR, 1998, p. 89, grifos no original), e, seu objetivo é eliminar interrupções no ciclo produtivo alcançando a otimização dos tempos de produção, articulando os fluxos de matérias-primas, força de trabalho, equipamentos produtivos, etc. Nesse sentido também é necessário operar uma nova organização do trabalho para que este se integre à fluidez demandada nas operações fabris tornando possível a exploração máxima de todas as potencialidades da automação.

A característica da flexibilidade industrial está ligada a uma demanda mais diversificada do mercado consumidor que é incompatível com a rigidez da produção fordista, já que, seus rigores “[...] tornam-se insustentáveis no quadro de uma conjuntura econômica que se tornou cada vez mais incerta devido a uma concorrência exacerbada pela crise, pela internacionalização crescente dos mercados, pela evolução imprevisível das taxas de cambio, etc.” (BIHR, 1998, p. 91). Nesse contexto, exige-se uma flexibilidade no processo de trabalho que possa dar sustentação a essa nova maneira de produzir, com a introdução nas linhas de montagem de recursos eletrônicos programáveis que permitem alterações rápidas e a execução de uma série de tarefas, o que possibilita uma resposta mais rápida das fábricas às alterações na esfera da circulação. “Disso resulta uma aceleração da rotação do capital (tanto fixo quanto circulante). Mas também ganhos de tempo (de intensidade e de produtividade do trabalho), comprimindo os tempos mortos entre as diferentes séries produtivas.” (BIHR, 1998, p. 91).

O URBANO CONTEMPORÂNEO E AS NECESSIDADES DA NOVA ORDEM PRODUTIVA

Feitas essas breves considerações sobre as determinações da atual sociabilidade do capital, podemos iniciar nossa análise do urbano na contemporaneidade. O urbano, segundo Gohn (1982): “[...] não se refere somente a uma dada configuração espacial, mas também à forma como estão estruturadas as relações de produção, numa dada conjuntura de um modo de produção.” (GOHN, 1982, p. 20, nota 4). Portanto, é indispensável ter-se a clareza de que o urbano está inserido em uma realidade histórica específica, em outras palavras, que ele é “[...] uma categoria histórica, ou seja, se especifica de diferentes formas, nas diferentes etapas do desenvolvimento histórico.” (GOHN,

1982, p. 20, nota 4). Ainda segundo a autora: “A apreensão do urbano como parte de uma problemática totalizante deverá partir de sua análise como parte das condições gerais da reprodução do capital e da força de trabalho.” (GOHN, 1982, p. 20, nota 4).

O urbano é parte constitutiva imprescindível para o modo de produção capitalista e sua história está fundamentalmente ligada ao desenvolvimento do processo produção capitalista. A cidade (base material e concreta do urbano) é fundamental no processo de socialização das condições de produção. Lojkin (1997) afirma que as duas principais características da cidade em sua especificidade capitalista seriam a crescente concentração dos meios de consumo coletivos e uma específica concentração dos meios reprodutivos tanto do capital como da força de trabalho. Sobre a importância da cidade na gênese e no desenvolvimento do capitalismo diz Lefebvre (1999a):

Ao longo desse processo, a cidade desempenha um papel imenso, ao mesmo tempo subordinando ao capital as forças produtivas existentes, como lugar de acumulação do capital, da extensão dos mercados, da extensão da taxa média de lucro e enfim das intervenções políticas. Ao fim do processo, tudo se apresenta como força produtiva do capital e não mais do trabalho. (LEFEBVRE, 1999a, p. 108).

De acordo com Pinheiro (2002): “Efetivamente, a cidade é o lugar da acumulação na medida em que, por um lado, toda atividade acontece em algum lugar e, por outro lado, a economia capitalista é essencialmente industrial [...]” (PINHEIRO, 2002, p. 4). Ainda segundo ele: “Isto é válido mesmo para as cidades cuja atividade econômica predominante não seja a indústria, pois, sob o MPC, toda cidade está articulada a uma rede urbana que pode ser metropolitana, regional, nacional ou internacional.” (PINHEIRO, 2002, p. 4). Dessa forma, no presente período histórico, o urbano continua a constituir peça primordial no processo de produção e de acumulação do capital, como fator ao mesmo tempo resultante e estimulante da engrenagem de exploração da força de trabalho que, relacionado a outros fatores, possibilita o funcionamento da sociedade hodierna (Gohn, 1982).

Na análise de Lefebvre (1999b), os grupos dominantes ao longo da história sempre produziram espaços particulares, entretanto, no presente momento, existe uma novidade no processo de produção do espaço que é “[...] a produção global e total do espaço social.” (LEFEBVRE, 1999b, p. 140), sendo esta, uma extensão gigantesca e uma generalização dessa atividade. Segundo o autor, essa nova forma atende a interesses bem específicos, ou seja, aos interesses daqueles que a criaram, a gerem e colhem em larga medida seus benefícios. Segundo Ferrari (2005):

Cidades capitalistas contemporâneas compõem territórios econômicos baseados em relações de exploração do trabalho pelo capital. São espaços onde seres humanos localmente alienam sua força de trabalho em proveito de um capital cada vez mais cosmopolita. Capital que desmonta obstáculos ao seu livre trânsito, exigindo a im-

plantação de relações mais adequadas à sua revalorização. Relações materializadas pela imposição de uma apologia do lugar, pela seleção de *vocações* regionais, pelas conexões em um presumido *tempo real* aos fluxos globais e pelas políticas – identificadas como públicas – que se propõem a lidar microscopicamente com os efeitos do desemprego e da precarização do trabalho promovidos pela dinâmica atual da reprodução geral do capital. (FERRARI, 2005, p. 18-19, grifos no original).

De acordo com a autora, as cidades atuais estão passando por um complexo processo de fabrilização, o que indica um dos aspectos fundamentais da conformação urbana contemporânea. A fabrilização se caracteriza por: 1) um movimento de expulsão do trabalho vivo concomitante a um acúmulo cada vez maior de trabalho morto no interior das fábricas, que visa um enxugamento e uma racionalização dessas unidades fabris, em conformidade com o ideário da reestruturação produtiva; 2) um controle logístico cada vez mais rígido dos espaços e do tempo urbano, visando à maior eficiência na circulação das mercadorias, e a menor dissipação possível dos valores engendrados na esfera da produção (Ferrari, 2005). Uma das principais funções da cidade seria, então, a de funcionar como complexo material que diminui, em medida crescente, tanto o tempo de produção como o de circulação de mercadorias. No atual momento, um dos fatores determinantes da cidade está no seu papel de funcionar como esteira estendida entre as fábricas, enquanto essas buscam a maior diminuição possível de estoques parados em seus espaços, realizando a transferência desses para as vias públicas. Isso implica uma remodelação dos espaços urbanos para que ele seja capaz de abrigar um número crescente de estoques que são colocados em trânsito o quanto antes, fato que busca diminuir os custos produtivos, reduzindo o tempo de manutenção dos estoques nas unidades produtivas. Essa transformação das dimensões do tempo e do espaço na organização atual do processo de produção, circulação e consumo das mercadorias⁸ atende aos princípios do *just in time*⁹, que é parte integrante do modelo toyotista.

O objetivo que norteia as remodelações é a maior eficácia possível na transformação da mais-valia em lucros, que se efetiva com a realização da mercadoria produzida, tendo como meta o desperdício mínimo do valor excedente criado na

⁸ “Quanto à organização do espaço e aproveitamento dos tempos de trabalho, uma parte das fábricas ficou mais enxuta, espaçosa, silenciosa, e racionalizada ocupando menor quantidade de trabalho vivo e maior quantidade de trabalho morto. As cidades, em contrapartida, tornaram-se sua efetiva extensão: os poderes públicos viabilizam a conexão entre os agentes da produção, agora mais separados espacialmente, e devem se responsabilizar pela implantação da infra-estrutura adequada para suportar os fluxos criados por esta separação. (FERRARI, 2005, p. 45).

⁹ Ferrari (2005) considera: “[...] o *just in time* um conjunto de meios técnicos de racionalização matematizada, sincronização de tempos de trabalho e fluxos de mercadorias entre trabalhadores distribuídos por diversas unidades produtivas e por extensos territórios. Como qualquer meio técnico, é materialização do patrimônio de saber e saber-fazer acumulados, mediada pelas relações sociais de produção. Fruto de mediações sociais contemporâneas, o conjunto de procedimentos objetivados no *just in time* implanta interesses e necessidades particulares das atuais classes hegemônicas. Como tal possui força de organização material da produção e atua como condicionante ideológica, pois interfere nas consciências e no modo de vida cotidiano em geral, participando ativamente da reprodução das relações sociais dominantes.” (FERRARI, 2005, p. 23, grifos no original).

esfera da produção. Por isso, as atividades logísticas adquirem importância crescente no processo de rotação do capital, principalmente, tendo em vista um contexto tão agressivo de competição intercapitalista.

Cabe aqui novamente uma diferenciação entre os modelos taylorista/fordista e toyotista, mas agora, no que diz respeito às principais modificações produtivas específicas que repercutem na constituição contemporânea das cidades. O padrão fordista se baseava em:

Grandes lotes (produção em massa); movimentos rápidos, eficiência medida pela rapidez dos movimentos singulares dos homens [...] e máquinas universais; estoques intermediários como recurso para maximizar o rendimento de cada máquina e de cada trabalhador; fábricas organizadas em seções fixas (torneria, usinagem, etc.) cada uma reunindo máquinas e processos similares (tornos, fresas, pintura). (FERRARI, 2005, p. 28).

Enquanto que o modelo toyotista pressupõe:

Produção em lotes pequenos, médios ou grandes – do tamanho necessário para atender à segmentação do mercado; movimentos sincronizados com todos os elementos da cadeia produtora de mais-valia, na qual a eficiência é medida por esta sincronia, uma vez que rapidez além da necessária em algum elo da cadeia ou uma otimização isolada, representa perdas, criação de gargalos ou aumento de estoques intermediários no elo mais veloz; ausência, idealmente total, de estoques intermediários de matérias-primas ou peças semiprontas; fábricas remodeladas em pequenas células independentes, cada uma reunindo vários tipos de máquinas. (FERRARI, 2005, p. 28-29).

Essas alterações atribuíram uma exacerbada importância ao sincronismo das atividades produtivas com o fluxo dos meios necessários à realização destas. Isso leva a um ritmo que escapa ainda mais do alcance dos indivíduos que trabalham, devido à grande interação entre as atividades que permanecem dentro de cada unidade produtiva singular e as que estão fora dela. Isso aponta para um aspecto de extrema importância do capitalismo contemporâneo, que é a crescente cooperação entre os diferentes trabalhadores, dos diferentes ramos e setores, resultando num aumento do caráter socializado do trabalho. Isso se explica também pela determinação do enxugamento das fábricas previsto no receituário toyotista, pois, atendendo a essa exigência, externaliza-se uma parte do processo produtivo, que se espalha pelo território.

A incessante busca de aumento da quantidade de produtos em circulação e também da intensidade desta, que resulta do processo de externalização supracitado e do sincronismo dos ritmos produtivos, gera impactos profundos sobre as cidades, como o aumento do inchaço, e em muitos casos até o entupimento, das vias de transporte (Ferrari, 2005). Para que o capital consiga atingir seus objetivos com relação aos novos tempos de produção e circulação, ele se apropria do espaço urbano necessário para

realizar seu fluxo de mercadorias. Ocorre uma modificação profunda na estrutura e na paisagem urbanas, já que, estas têm de ser modificadas para atender as novas exigências¹⁰. Nesse processo fica explícita uma contradição basilar do capital, uma vez que, os custos dessas modificações são socializados, enquanto os lucros obtidos com as benfeitorias têm uma apropriação privada. Nas palavras de Ferrari (2005): “Cidades estão sendo reconstruídas de acordo com os fluxos e ritmos impostos pela circulação das mercadorias *just in time*.” (FERRARI, 2005, p. 43, grifos no original). Prossegue a autora: “Fluxos e ritmos que correspondem à quantidade e à periodicidade de circulação de mercadorias estabelecidas por metas da esfera da produção interferem, sobremaneira, na qualidade de vida e no meio ambiente [...]” (FERRARI, 2005, p. 43). Essas novas necessidades do capital relativas ao espaço e ao tempo¹¹ são, constantemente, naturalizadas como necessidades de todo o conjunto da sociedade, dessa forma, facilitando o processo que apontamos, de socialização dos custos e apropriação privada dos lucros.

Elas advêm das exigências postas pela reestruturação produtiva, que, por sua vez, é um dos aspectos componentes da nova forma encontrada pelo capitalismo que alça um novo nível de acumulação. A intensificação da luta e da competição entre os capitalistas traz uma importância ainda maior ao planejamento capaz de dar maior eficiência aos fluxos da produção e da circulação. Nessa concorrência logística, as cidades exercem um papel fundamental pelo fato de oferecerem as bases infraestruturais urbanas capazes de atender de forma mais ou menos eficaz às necessidades dos diferentes capitalistas em competição.

As modificações realizadas na estrutura urbana nos anos recentes são inúmeras e, portanto, seria inviável realizarmos uma completa especificação de todas elas. Contudo, tomando com ponto de partida os apontamentos de Ferrari (2005), e visando alicerçar melhor nossa argumentação, podemos assinalar algumas: 1) o enxugamento das unidades fabris, resultado do advento crescente do emprego de trabalho cristalizado (produzindo um alto nível de automação) e da externalização de muitas das atividades que antes ficavam no interior das fábricas, gerou a produção de áreas urbanas esvaziadas, pois muitas dessas unidades fabris mudaram de localidade e, por conseguinte, ocorre também

¹⁰ “No discurso e na prática dos poderes locais orientados pela necessária remodelação dos espaços urbanos, todos os poros sociais, os mecanismos públicos de movimentação da sociedade e os menores movimentos do trabalho passam a ser ocupados integral e absolutamente pela lógica da circulação e realização das mercadorias. Não somente os instrumentos técnicos à disposição ou os artifícios administrativos permitem às grandes empresas safarem-se dos percalços e dos entraves ao trânsito de seus fluxos. O próprio planejamento estratégico do Estado submete-se aos imperativos do capital [...]” (FERRARI, 2005, p. 101).

¹¹ “Abreviar temporalmente a distância espacial é economia de tempo – que sob a hegemonia das relações estabelecidas pelo capital é dinheiro. Se dinheiro deve transformar-se em capital, todos os poros do tempo (e do espaço) devem ser ocupados por atividades do trabalho produtor de valor. As formas contemporâneas de organização da produção, baseadas nas operações *just in time* em um tempo tido como *real*, em hipótese alguma, suprimiram a esfera da produção, [...] mas impuseram aprofundamento, diversificação e ampliação das atividades de circulação, distribuição e consumo de mercadorias. Transporte e logística assumem, nesse contexto, uma complexa dimensão, que só aparentemente suplanta a esfera da produção direta. Entre fabricantes e fornecedores estabelecem-se estratégias logísticas para sincronizar a produção, controlando e encurtando *tempos de circulação*.” (FERRARI, 2005, p. 161, grifos no original).

a ocupação de outras áreas que antes se encontravam esvaziadas, essas modificações interferem diretamente na vida dos moradores de ambas as localidades, no que diz respeito à aquisição ou deterioração de infra-estrutura urbana básica, serviços, emprego, etc.; 2) decorrente da primeira alteração ocorrem profundas mudanças no mercado imobiliário, uma vez que a transferência de uma unidade produtiva de um local a outro promove transformações substanciais em ambas as regiões, desnecessário dizer que isso também afeta diretamente os moradores das áreas envolvidas, gerando valorização de terrenos e construções, aumento de aluguéis, entre outras modificações, que podem culminar na expulsão de camadas mais pauperizadas de determinados locais, assim como pode afetar a infra-estrutura urbana e os serviços da região que foi abandonada; 3) em função da necessidade de atender as exigências da produção *just in time* ocorre uma constante reconstrução das vias de tráfego de mercadorias; 4) decorrente dessa última alteração, produz-se uma crescente piora nas vias de tráfego, pois elas não atendem só ao transporte de mercadorias mas também ao da própria população, isso leva a uma miríade de congestionamentos e engarrafamentos quilométricos; 5) como resultado inevitável das mudanças anteriores, tem-se um aumento cada vez mais demasiado da poluição, assim como, dos níveis de barulho, além de uma maior deterioração do solo; 6) surge um número crescente de planejamentos e construções de novos polos tecnológicos e universidades que, em grande medida, tem sua produção apropriada de forma privada, enquanto seu financiamento provém dos cofres públicos; 7) ocorre o aumento da isenção de pagamentos de diversas taxas públicas por parte das unidades fabris, fruto da competição entre as regiões em torno do “privilégio” de receber fábricas em seus respectivos espaços; 8) promove-se um incremento do planejamento urbano público que objetiva o desenvolvimento econômico regional e, através desse processo, o capital tem seus interesses fundamentais incluídos nesses planos que alteraram profundamente as estruturas urbanas e são financiados com verbas públicas.

Todas essas alterações são adequações à nova forma organizativa da produção do capitalismo contemporâneo e procuram corrigir o que agora se tornaram as imperfeições das estruturas urbanas, frutos das formas organizativas anteriores do capital. O novo urbano exige as condições para que se tenha uma produção e uma circulação interligadas aos fluxos da economia mundializada e um sincronismo quase exato entre as diversas partes do processo produtivo. Nesse contexto, não é raro se encontrar gritantes contradições entre os novos imperativos da produção interconectada globalmente e a não conformação plena de grandes pólos urbanos a esses imperativos. Isso é visível principalmente em grandes cidades de países de capital periférico que, apesar muitas vezes de grandes esforços, não atingem um alto nível de adequação¹².

¹² Importante ressaltar nesse ponto que: “Os reflexos das remodelações produtivas impostas pela dinâmica do capital sobre os espaços urbanos são diversos e condicionados pelas particularidades históricas de cada país e região.” (FERRARI, 2005, p. 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações no espaço e na estrutura urbanas que estão ocorrendo nesse atual momento histórico trazem mudanças substanciais, muito embora, no período taylorista-fordista, as cidades também terem tido seu valor de uso subordinado ao imperativo capitalista de realização do valor de troca. Isto quer dizer que, com as alterações na organização capitalista *intensificou-se* a apropriação desigual do urbano pelas diferentes classes sociais. Segundo Ferrari (2005), em ambos os períodos, as cidades foram “[...] sabotadas a seus habitantes. As cidades fordistas, porque levantadas, modificadas e loteadas a toque de caixa para atender ao mercado padronizado de mercadorias; as de hoje porque modificadas ao sabor da ofensiva ‘liberal-conservadora’”. (FERRARI, 2005, p. 44-45).

Nesse sentido o urbano constitui, em sua configuração contemporânea, um local privilegiado de explicitação do conflito de classes existente na estrutura do modo de produção capitalista, sendo palco de extrema importância das disputas e das lutas sociais travadas pelos interesses antagônicos existentes nesse sistema social que exacerba suas contradições a cada dia fazendo emergir confrontos crescentemente explosivos e que ameaçam a dominação da classe capitalista. Lojkine (1997) constata:

Em vez de rejeitar o urbano “para a margem” do afrontamento direto capital/trabalho, postulamos pois que nas novas condições de desenvolvimento do capitalismo, o urbano é um dos lugares decisivos da luta de classes, na medida em que ele “resume” a principal contradição entre a exigência de desenvolvimento do trabalho vivo – e sobretudo seu desenvolvimento intelectual – e a lógica de acumulação do trabalho cristalizado que tende a restringir ao máximo esse desenvolvimento em função de suas necessidades imediatas. (LOJKINE, 1997, p. 165).

Por conseguinte, podemos perceber que, apesar das mudanças, os princípios fundamentais da sociabilidade capitalista permanecem funcionando, já que, ela continua tendo como base a apropriação pelo capitalista do tempo de trabalho alheio, isto é, de trabalhadores que só tem a vender sua própria força de trabalho, o que resulta na extração da mais-valia e na exploração do trabalho pelo capital. Como os princípios fundantes dessa sociabilidade não foram alterados, o urbano capitalista hodierno também mantém suas funções fundamentais no processo de reprodução e acumulação do capital, obviamente, como tentamos demonstrar, com as modificações necessárias ao atendimento dos ditames do capital em sua fase contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. 2008. Disponível em: <[http://www.brasilefato.com.br/v01/agencia/analise/balanco-do-neoliberalismo/?searchterm=balanço do neoliberalismo](http://www.brasilefato.com.br/v01/agencia/analise/balanco-do-neoliberalismo/?searchterm=balanço%20do%20neoliberalismo)> Acesso em 01 mai. 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRENNER, Robert. “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?” *Revista Outubro*. São Paulo, n. 3, 1999, p. 7-18. Disponível em <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_02.pdf> Acesso em: 10 mar. 2011.
- FERRARI, Terezinha. *Fabrilização da Cidade e Ideologia da Circulação*. São Paulo: Terceira Margem, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999b.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. “A crise estrutural do capital.” *Revista Outubro*. São Paulo, n. 4, 2000, p. 7-15. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf> Acesso em: 11 mar. 2011.
- NETTO, José Paulo. *A crise do socialismo e a ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1995.
- PINHEIRO, Jair. “Comunidade versus classes na luta pelo espaço urbano”. *Lutas sociais* v. 8. 2002. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_jair.pdf> Acesso em: 27 mai. 2009.